



Município de Santarém

CÂMARA MUNICIPAL

## CADERNO DE ENCARGOS

### AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

“SERVIÇOS DE CONSULTORIA DE DIAGNÓSTICO E DE REENGENHARIA DE PROCESSOS E PROCEDIMENTOS, NO ÂMBITO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA, REGULADOS PELO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 18/2008, DE 29 DE JANEIRO”

#### 1. OBJETO

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de serviços de consultoria de diagnóstico (de processos, procedimentos e sistemas de informação) e de reengenharia de processos (processos e procedimentos de Contratação pública), regulados pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro”.

#### 2. PRAZO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos no anexo (Características Técnicas) ao presente Caderno de Encargos, no prazo máximo de quatro meses, a contar da data da celebração do contrato, de acordo com as seguintes fases:

- a) Fase 1: estudo da estrutura organizacional e mapeamento dos recursos e tarefas através do desenvolvimento de um plano de atividades do projeto;
- b) Fase 2: diagnóstico de maturidade e produção de entregáveis;
- c) Fase 3: entrega de plano de ação (com propostas de melhoria com respetivos fluxogramas) e proposta de instrumentos que promovam a gestão eficiente da contratação pública
- d) Fase 4: acompanhamento e monitorização da implementação das melhorias aprovadas consideradas como prioritárias/estratégicas e de implementação imediata

#### 3. PREÇO CONTRATUAL

3.1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Santarém deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.



3.2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).

#### 4. PARÂMETRO BASE DO PREÇO CONTRATUAL

O preço máximo que o Município de Santarém se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto da presente contratação é de € 19.920,00 (parâmetro base do preço contratual).

#### 5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. As quantias devidas pelo Município de Santarém, nos termos da cláusula terceira, devem ser pagas no prazo de **60 dias** após a receção pelo Município de Santarém das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

5.2. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta dos serviços a efetuar.

#### 6. CAUÇÃO

Considerando que o preço base contratual é inferior a € 500.000 não será exigida ao adjudicatário a prestação de uma caução.

#### 7. PROTEÇÃO E TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

7.1. O Adjudicatário compromete-se a assegurar cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado RGPD) – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação, designadamente:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
- b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;



- c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a entidade adjudicante esteja especialmente vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- d) Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
- e) Prestar à entidade adjudicante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;
- f) Manter a entidade adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- g) Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao adjudicatário, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o adjudicatário e o referido colaborador;
- h) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- i) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por esta ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
- j) Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
- k) Prestar a assistência necessária à entidade adjudicante no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;



- l) Disponibilizar à entidade adjudicante todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações do RGPD para efeitos da auditoria e inspeções, nos termos da alínea h) do art.º 28.º;
- m) Após o fim do contrato, devolver à entidade todos os dados pessoais recolhidos durante a execução do mesmo, apagando as cópias existentes nos termos da alínea g) do art.º 28.º do RGPD, salvo legislação contrária em vigor;
- n) Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no art.º 33 do RGPD.

7.2. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

#### 8. PARECERES PRÉVIOS, LICENCIAMENTOS E AUTORIZAÇÕES

Nos termos do n.º 5 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, não existem quaisquer pareceres prévios, licenciamentos e autorizações necessárias que possam condicionar o procedimento e a execução do contrato.

#### 9. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

No caso de existirem no presente Caderno de Encargos, referências, pelo Município de Santarém, a determinado fabrico ou proveniência, a um procedimento específico que caracterize os produtos ou serviços prestados por determinado fornecedor, ou a marcas comerciais, patentes, tipos, origens ou modos de produção determinados, não acompanhadas da menção «ou equivalente», deve ser entendido como um lapso de escrita e/ou precisão, devendo, desse modo, considerar-se, para todos os efeitos legais, que integram a menção «ou equivalente», conforme disposto no n.º 9 do art.º 49.º do CCP.

#### 10. TRABALHORES AFETOS AOS SERVIÇOS OBJETO DO CONTRATO

**10.1.** O prestador de serviços obriga-se a afetar à execução da prestação de serviços objeto do contrato, trabalhadores em regime de contrato de trabalho sem termo, podendo afetar trabalhadores em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo de execução definido no ponto 2. (Prazo da Prestação do Serviço) do presente caderno de encargos, conforme disposto no n.º 2 do art.º 419.º-A aplicável pela remissão do n.º 2 do artigo 451.º do CCP, cujo



Município de Santarém

CÂMARA MUNICIPAL

incumprimento constitui contraordenação muito grave nos termos da alínea f) do artigo 456.º do mesmo código.

Nos termos do n.º 4 do artigo 419.º-A do CCP, o disposto no parágrafo anterior não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do contrato.

**10.2.** O prestador de serviços deve entregar, no prazo máximo de 5 dias, contados desde o início da vigência do contrato, um documento (poderá ser utilizado o modelo em – **Anexo B** ao presente caderno de encargos) com a identificação dos trabalhadores que afetará à execução do contrato e respetivo vínculo contratual. No caso de ocorrer, durante o tempo da prestação de serviço, alguma alteração dos trabalhadores inicialmente afetos à prestação do serviço, o prestador de serviços deve, no prazo máximo de 5 dias a contar da data da sua ocorrência, apresentar novo documento com a identificação dos trabalhadores que afetará à execução do contrato e respetivo vínculo contratual.



Município de Santarém

CÂMARA MUNICIPAL

**ANEXO:**

- Anexo A\_ Características Técnicas,
- Anexo B\_ Modelo de declaração sobre os Trabalhadores a afetar à execução do contrato e respetivo vínculo contratual (para demonstração do cumprimento do disposto no art.º 419.º-A, aplicável por via do n.º 2 do art.º 451, ambos do CCP)



## ANEXO A

### Características Técnicas

Serviços de consultoria de diagnóstico (de processos, procedimentos e sistemas de informação) e de reengenharia de processos (Processos e procedimentos de Contratação pública), regulados pelo Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro

Pretende-se a realização de serviços de diagnóstico sobre as soluções implementadas no Município de Santarém (procedimentos, processos e sistemas de informação) respeitantes à área de contratação pública (Procedimentos realizados ao abrigo de Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, doravante CCP), designadamente a análise e avaliação dos procedimentos e processos, dos sistemas de informação digital em uso e as suas interconexões com as restantes plataformas informáticas existentes, com vista à potenciação das suas funcionalidades no desenvolvimento das atividades municipais e/ou se existem outras alternativas que possam otimizar o desempenho da nossa entidade.

Para o efeito, deverá ser realizado um diagnóstico organizacional, com a análise da estrutura de processos de contratação pública e a sua interconexão com os sistemas de informação em uso, avaliação de processos e formulação de uma análise “SWOT” ou similar, com a identificação das fragilidades existentes, relativamente às quais deverão ser apresentadas recomendações de melhoria (de correções e de soluções), designadamente de reengenharia de processos e de estratégias de otimização dos processos e das soluções informáticas em uso, através da elaboração de um plano de ação, com propostas de melhoria graduadas por prioridade (a definir consoante o grau de impacto na melhoria da nossa organização) e elaboração dos respetivos fluxogramas.

O prestador de serviços deverá também propor instrumentos que promovam a gestão eficiente da contratação pública, a par do cumprimento das disposições legais previstas no CCP, considerando a padronização e otimização dos processos e procedimentos e realizar o desenho de um plano anual de contratação pública. Caberá ainda ao prestador de serviços a monitorização da implementação das propostas de melhoria aceites pela Vereadora do Município de Santarém com o pelouro afeto.

Para um melhor conhecimento da estrutura organizacional (serviços municipais) do Município de Santarém, o prestador de serviços poderá consultar, no site institucional do Município [Documentos Municipais - Município de Santarém](#) ou nos links abaixo, os seguintes documentos:

- o Regulamento dos Serviços do Município de Santarém (organograma), indicando-se que a estrutura organizacional foi objeto de alterações, passando o Gabinete de Apoio às Freguesias a Divisão de Gestão e Apoio às Freguesias e foi criado o Gabinete de Promoção de Grandes Eventos e o Gabinete do Centro Histórico da Cidade de Santarém, [Organograma - Município de Santarém](#);
- a Norma de Controlo Interno (NCI) do Município de Santarém, [Regulamentos - Regulamentos - Município de Santarém](#), ver documento com a denominação NCI - Norma de Controlo Interno do Município de Santarém.



Município de Santarém

CÂMARA MUNICIPAL

## ANEXO B

Modelo de declaração

### **Trabalhadores a afetar à execução do contrato e respetivo vínculo contratual**

(para demonstração do cumprimento do disposto no art.º 419.º-A, aplicável por via do n.º 2 do art.º 451, ambos do CCP)

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de...(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), declara, sob compromisso de honra, e tendo em consideração o disposto no art.º 419.º-A, conjugado com o art.º 451 n.º 2, ambos do Código dos Contratos Públicos, que a sua representada afetará à execução da prestação do serviço a realizar no âmbito do contrato relativo a \_\_\_\_\_ (designação do procedimento em causa), os seguintes trabalhadores:

Identificação	Vínculo laboral

..... (local), .....(data), .....(assinatura)